

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SEMTUDEC Nº 04/2025

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PACTUAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEMTUDEC E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, PARA APRESENTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO “CARNAVAL DE FLORIANO 2026”, COM FOCO NA ORNAMENTAÇÃO CARNAVALESCA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FLORIANO – PI, COM FUNDAMENTO NA LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014, NO DECRETO FEDERAL Nº 8.726/2016 E NO DECRETO MUNICIPAL 056/2025 DE 19 DE MAIO DE 2025.

1 – CONCEITO, OBJETO E FINALIDADE

1.1 O TERMO DE COLABORAÇÃO é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com Organizações da Sociedade Civil – OSCs para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, propostas pela Administração Pública, que envolvam a transferência de recursos financeiros, nos termos do art. 2º, inciso VII, da Lei nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 056 de 19 maio de 2025.

1.2 O presente Edital tem por objetivo a seleção de Organização da Sociedade Civil – OSC para pactuação de Termo de Colaboração com a Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico – SEMTUDEC, visando à apresentação e execução do Projeto “Carnaval de Floriano 2026”, destinado à ornamentação temática carnavalesca de pontos estratégicos da cidade, promovendo valorização cultural, fortalecimento do turismo, estímulo à economia local e ocupação qualificada dos espaços públicos.

1.3 Serão selecionados projetos inéditos, criativos e inovadores, que respeitem a tradição do Carnaval, aliem estética, segurança e funcionalidade, e proporcionem uma experiência visual e cultural de impacto para a população e visitantes.

O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019/2014, pelo Decreto Federal nº 8.726/2016, pelo Decreto Municipal nº 056 de 19 maio de 2025 e demais normas aplicáveis.

2 – JUSTIFICATIVA:

O Carnaval constitui uma das mais importantes manifestações culturais do Brasil, representando diversidade, identidade, alegria e integração social. Em Floriano, o período carnavalesco exerce papel estratégico como indutor de turismo, fortalecimento da economia local e promoção da cultura popular. A ornamentação carnavalesca dos espaços públicos contribui diretamente para a ambientação urbana, organização visual da festa e valorização dos circuitos carnavalescos, criando cenários atrativos que ampliam a experiência do público, estimulam o comércio e fortalecem a imagem institucional do município.

A realização do Projeto “Carnaval de Floriano 2026”, por meio de Termo de Colaboração com Organização da Sociedade Civil, assegura maior eficiência administrativa, qualidade técnica, inovação estética e transparência na aplicação dos recursos públicos, atendendo aos princípios da legalidade, economicidade e interesse público.

3 - PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO.

3.1. Poderão participar deste Edital as organizações da sociedade civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, da Lei nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015):

a) entidade privada sem fins lucrativos (Ex: associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os apliquem integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para colaboração, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; ou

c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

3.2. Para participar deste Edital, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

Declarar, conforme modelo constante no *Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância*, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

3.3. É permitida a atuação em rede.

4. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

4.1. Para a celebração do termo de colaboração, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:

a) ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis como objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, **caput**, inciso I, e art. 35, **caput**, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);

b) ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, **caput**, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);

c) ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, **caput**, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);

d) possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo 1(um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, **caput**,

inciso V, alínea "a", da Lei nº 13.019, de 2014);

e) possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, a ser comprovada no momento da apresentação do plano de trabalho e na forma do art. 26, **caput**, inciso III, do Decreto nº 8.726, de 2016 (art. 33, **caput**, inciso V, alínea "b", da Lei nº 13.019, de 2014);

f) possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, conforme *Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais*. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, **caput**, inciso V, alínea "c" e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

g) deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, a ser comprovada na forma do art. 26, **caput**, inciso III, do Decreto nº 8.726, de 2016. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, **caput**, inciso V, alínea "c" e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

h) apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista (art. 34, **caput**, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);

i) apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, **caput**, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014);

j) apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles;

k) comprovar o seu funcionamento no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação (art. 34, **caput**, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014);

l) atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa (art. 2º, inciso I, alínea "b", e art. 33, §3º, Lei nº 13.019, de 2014);

4.2. Ficará impedida de celebrar o termo de colaboração a OSC que:

a) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, **caput**, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);

b) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, **caput**, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);

c) tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou

dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, **caput**, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019, de 2014);

d) tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, **caput**, inciso IV, da Lei nº 13.019, de 2014);

e) tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014 (art. 39, **caput**, inciso V, da Lei nº 13.019, de 2014);

f) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, **caput**, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou

g) tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos no art. 39, **caput**, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014;

h) que não possua ou não esteja vigente a certidão de comprovação de funcionamento regular emitido pelo Ministério Público do Estado do Piauí.

5 – DAS INSCRIÇÕES

5.1 A inscrição no processo de seleção de propostas se efetivará com a entrega da proposta, preenchida conforme instruções no modelo, parte constante do presente Edital - anexo III.

5.2 As inscrições serão gratuitas e poderão ser realizadas de forma **IMPRESSA no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Floriano, Localizada no Centro Administrativo, no período de 05 de janeiro a 09 de janeiro 2026 das 8h às 13h**. Os documentos deverão estar disponibilizados em forma IMPRESSA, no qual deverá conter apenas três arquivos compilados:

- a) Plano de Trabalho/ Projeto com Planilha Orçamentária.
- b) Demais documentos exigidos neste edital e seus anexos.
- c) Projeto arquitetônico e Projeto Cenográfico.

5.3 Não serão aceitas inscrições com pendência de documentação, assim como inscrições realizadas de forma distinta especificada neste Edital, casos em que serão desconsideradas.

5.4 A inscrição do interessado implicará na prévia e integral concordância com todas as normas deste Edital e seus Anexos.

5.5 O prazo de inscrição poderá ser prorrogado, a critério da SEMTUDEC.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
COMISSÃO DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DACHAMADA PÚBLICA
SELEÇÃO Nº 03/SEMTUDEC/2025.

RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:

5.6 O protocolo encaminhará as inscrições recebidas à Comissão de Análise e Avaliação do Processo Seletivo.

5.7 As propostas serão recebidas de 05 de janeiro de 2026 até às 13:00h do dia 09 de janeiro de 2025.

5.8 A entidade que prestar declarações falsas ou inexatas, ou que não satisfizer atodas as condições estabelecidas neste edital, e ainda, apresentar documentos, certidões e declarações falsas, terá sua inscrição cancelada sem prejuízo da responsabilidade cível e criminal.

5.9 A entrega da Proposta, Projeto e Plano de Trabalho implicará no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste certame.

5.10 É vedada a participação de Organização da Sociedade Civil que tenham em seu quadro, de direção ou presidência, cônjuges, companheiros (as) e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau, que seja agente político ou servidor público municipal.

5.11 É vedada a participação de entidades que tenham CONTAS REJEITADAS de prestação de contas em convênios/termos anteriores junto à Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico ou outros órgãos Municipais.

5.12 A Comissão de Análise e Avaliação poderá fazer diligências para verificação do item 5.8.

5.13 Constatada a irregularidade na prestação de contas junto a Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico ou em outros Órgãos Municipais, a entidade será desclassificada, sendo chamada a segunda colocada e assim por diante.

6 – DA SELEÇÃO E CRITÉRIOS DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS/PROJETOS

6.1 A seleção das propostas consistirá em 01 (uma) etapa, a ser realizadas pela Comissão de Análise e Avaliação, que ocorrerá na sala de reunião da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico – SEMTUDEC, devendo ser publicado o resultado no site da Prefeitura de Floriano – PI logo após.

6.2 **Etapa Única:** Análise dos documentos apresentados (formulário de inscrição, proposta de projeto e plano de trabalho e demais documentos exigidos neste editale seus anexos).

6.3 A análise terá como critérios de julgamento:

- a) A adequação aos itens deste Edital, na proposta de ação para a realização do evento Carnaval de Floriano 2025.
- b) A proposta orçamentária do plano de trabalho deverá ser apresentada conforme os itens mínimos constantes no Anexo VI;

c) Deverá constar no Plano de Trabalho e orçamento projeto arquitetônico o mínimo de itens constante da tabela abaixo:

Nº	DESCRIÇÃO
01	12 POSTES ESTRUTURA DE FERRO FURNIDO (ESTRUTURA DA PREFEITURA) COM 7M DE ALTURA – AVENIDA GETÚLIO VARGAS
02	ROTATÓRIA 01 - CRUZAMENTO BR 316 COM A PI 140 (BALÃO TV ALVORADA); ESTRUTURA DE "BEM VINDO AO CARNAVAL DA PRINCESA DO SUL"
03	ROTATÓRIA 02 - CRUZAMENTO AVª DIRCEU ARCOVERDE COM AVª SANTOS DUMOND (BALÃO POSTO TREVO); ESTRUTURA DE "BEM VINDO AO CARNAVAL DA PRINCESA DO SUL"
04	ROTATÓRIA 02 - CRUZAMENTO DA AVENIDA DR. JOSÉ RIBAMAR PACHECO COM A BR 343, (PRÓX. IGREJA SÃO RAFAEL). ESTRUTURA DE "BEM VINDO AO CARNAVAL DA PRINCESA DO SUL"
05	ESTRUTURA CAIS DO PORTO MÍNIMO DE 02 ESTRUTURAS PARA POSTES DE ORNAMENTAÇÃO
06	DECORAÇÃO DO PORTAL "FLORIANO" O NOME DA CIDADE DE FLORIANO QUE TEM NO CAIS.

d) Deverá constar no Plano de Trabalho, projeto de arquitetura com suas devidas responsabilidades técnicas.

e) A abertura oficial da ornamentação Carnavalesca deverá ocorrer no dia 02 de fevereiro de 2026, em ato público promovido pela Prefeitura Municipal de Floriano, por meio da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico – SEMTUDEC. Qualquer alteração de data, será avisado através de ofício emitido pela SEMTUDEC.

f) a observância de comprobatórios acerca da capacidade técnica da proponente, a ser avaliado por meio do (s) atestado (s) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução anterior de projetos culturais de **grande porte** na cidade de Floriano - PI. Deverão ser apresentados, **no mínimo três atestados**;

g) Documentação do item. 12.1.10.;

h) Critérios de avaliação:

Critérios de Avaliação	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima por Item
(A) Informações sobre ações e metas;	- Grau pleno de atendimento: 40 pontos - Grau satisfatório de atendimento: 20 pontos - Não atendimento ou atendimento insatisfatório: 0 pontos - Obs.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, conforme art. 16, §2º, II e III, do Decreto nº 8.726/2016.	40

(B) Adequação aos objetivos da SEMTUDEC	<p>- Compatibilidade e alinhamento da proposta aos objetivos e diretrizes do Plano da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico. - Grau pleno de adequação: 20 pontos</p> <p>- Grau satisfatório de adequação: 10 pontos</p> <p>- Não atendimento ou atendimento insatisfatório: 0 pontos</p> <p>Obs.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, conforme art. 27 da Lei nº 13.019/2014 c/c art. 9º, §2º, I, do Decreto nº 8.726/2016.</p>	20
(C) Diagnóstico da realidade e inovação	<p>- Clareza na descrição da realidade objeto da parceria e pertinência do nexo entre essa realidade e o projeto proposto, considerando o grau de inovação apresentado. - Grau pleno de descrição e inovação: 10 pontos</p> <p>- Grau satisfatório de descrição e inovação: 5 pontos</p> <p>- Não atendimento ou atendimento insatisfatório: 0 pontos</p> <p>Obs.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, conforme art. 16, §2º, I, do Decreto nº 8.726/2016.</p>	10
(D) Capacidade técnico-operacional da OSC	<p>- Comprovação da experiência técnico-operacional da instituição proponente, por meio de portfólio ou histórico de projetos de natureza semelhante ao objeto da parceria. - Grau pleno de capacidade técnico-operacional: 30 pontos</p> <p>- Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional: 15 pontos</p> <p>- Não atendimento ou atendimento insatisfatório: 0 pontos</p> <p>Obs.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, conforme art. 33, V, "c", da Lei nº 13.019/2014.</p>	30

(E) Caráter inédito e inovação da proposta	- Apresentação de elementos ineditistas que tragam inovação ao evento, ampliando a experiência do público, sem descaracterizar a essência e a tradição do Carnaval. - Grau pleno de ineditismo e inovação: 10 pontos - Grau satisfatório de ineditismo e inovação: 5 pontos - Ausência de caráter inédito ou inovação insuficiente: 0 pontos	10
- PONTUAÇÃO MÁXIMA GLOBAL		110
- CRITÉRIO DE DESEMPATE		Menor valorda proposta apresentada*

***Caso a proposta não se adeque o valor máximo constante no item 17.1. deste edital, será eliminada de forma direta.**

6.3. A classificação para cada quesito de avaliação de que trata a Metodologia de Pontuação da Tabela 1 deste Edital, deverá ser feita segundo os seguintes conceitos:

a) Grau de Pleno Atendimento: texto com informações completas sobre o tema, tecnicamente compatíveis e atendendo as prescrições do Edital e seus anexos: correção e precisão na abordagem do tema; grau (profundidade) de abordagem edomínios dos temas; coerência e integração da proposta de plano de trabalho; clareza e objetividade da exposição.

b) Grau Satisfatório de Atendimento: texto com informações mínimas para compreensão do tema; com pouco domínio do tema; pouca coerência e integraçãoda proposta de plano de trabalho, sem objetividade ou clareza.

c) Não Atendimento ou Atendimento Insatisfatório ou Errôneo: texto com informações incompletas não possibilitando a compreensão do tema ouapresentando informações antagônicas e erros graves na abordagem do tema ou não abordando o tema indicado; as informações não correspondem ao solicitado no Plano de Trabalho;

6.4. Ao final, a Comissão de Análise e Avaliação declarará as propostas aprovadas, devendo ser publicado o resultado no site da Prefeitura e afixado no mural da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico.

7 – DOS RECURSOS

7.1 As entidades poderão interpor recurso referente à inabilitação do seu projeto, após a divulgação do resultado nos dias 13 de janeiro de 2026 a 16 de janeiro de 2026, De forma IMPRESSA no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Floriano, Localizada no Centro Administrativo.

7.2. Os recursos serão avaliados pela Comissão de Análise e Avaliação.

8 – DO RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO:

SEMTUDEC

Email: economico@floriano.pi.gov.br

Praça Tiradentes, SN, Centro, Floriano -PI

8.1. O resultado final será divulgado no site da Prefeitura de Floriano - PI, publicado no Diário Oficial do Município.

8.2. Na hipótese de desistência ou descredenciamento das entidades escolhidas, como forma de evitar prejuízos ao serviço público, será chamada a conveniar a Organização da Sociedade Civil que não teve seu plano de trabalho rejeitado, desde que preencha os requisitos documentais.

8.3. Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas **(se houver)**.

8.3.1 A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei nº 13.019, de 2014).

8.3.2 Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas às exigências deste Edital, a administração pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

9 – DO SIGILO DAS PROPOSTAS:

9.1 As propostas serão sigilosas, a comissão de seleção e avaliação, após a abertura dos envelopes a comissão e os presentes à sessão poderão ter acesso a proposta, estes últimos somente neste momento;

9.2 No prazo do recurso somente os representantes dos proponentes, ou seja, as pessoas legitimadas pelos documentos constitutivos das pessoas jurídicas ou por meio de procuração com poderes específicos poderão ter acesso as propostas;

9.3 Após a homologação e assinatura do Termo apenas a proposta pactuada poderá ser publicizada, as propostas que não forem aceitas integrarão ao processo.

10 – DA COMISSÃO DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

10.1 A Comissão de Seleção e Avaliação do Processo Seletivo será composta por membros, sendo estes indicados pelas Secretarias proponente do chamamento, Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Cultura, Secretaria Finanças, Secretaria de Administração e Procuradoria, totalizando 06 (seis) membros.

10.2 A Comissão de Seleção e Avaliação do Processo Seletivo fará registro em instrumental próprio de avaliação, conforme critérios de análises das propostas estabelecidas neste Edital.

11 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE TRABALHO

11.1 A Proposta, Projeto e o Plano de Trabalho das entidades ou organizações sociais interessadas, conforme objeto deste Edital, anexo - IV e seus subitens, deverão ser apresentados de forma escrita, conforme modelo em anexo;

11.2 A proponente deverá apresentar experiências na área objeto deste ou afins, podendo ser declaração governamental, atestado de capacidade técnica, entre outros;

11.3. A proponente deve apresentar a documentação prevista no item. 12.1.10.

12 – DOS REQUISITOS MÍNIMOS DO PLANO DE TRABALHO E DEMAIS DOCUMENTAÇÕES

12.1 Os recursos somente serão liberados às instituições cujas condições de funcionamento sejam consideradas regulares obedecidos os padrões mínimos de eficiência (art. 6 do Decreto nº 010/2020):

12.1.1 - Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante da entidade com objetivos voltados a promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

12.1.2 - Cópia da Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas atualizado;

12.1.3 - Ficha cadastral preenchida com o Endereço da Entidade;

12.1.4 – Cópia das atas da Eleição e da Posse de seus diretores registrada no cartório competente;

12.1.5 – Cópia do Estatuto da Entidade e sua publicação em diário oficial;

12.1.6 – Cópia de alterações Estatutárias, quando houver;

12.1.7 – Prova de funcionamento regular da instituição, por meio de Alvará de funcionamento atualizado, expedido por autoridade local;

12.1.8 - Declaração de que não emprega menor, conforme disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988

12.1.9 - Declaração que evidencie a situação das instalações e as condições materiais da entidade, quando essas instalações e condições forem necessárias para a realização do objeto pactuado;

12.1.10 - Declaração da não ocorrência de impedimentos;

12.1.11 - Cópia do documento do representante máximo da Entidade;

12.1.12 - Certidão de regularidade junto as Fazendas, federal, estadual e municipal da entidade;

12.1.13 - Certificado de Regularidade junto ao FGTS; - Certidão negativa e de débitos trabalhistas da entidade;

12.1.14 - Cópia do documento que comprove que a entidade funciona no endereço registrado no cadastro Nacional da Pessoa Jurídica- CNPJ da secretaria da Receita Federal do Brasil-RFB;

12.1.15 - A documentação apresentada abaixo deverá ser entregue na apresentação da proposta, mas poderá ser requerida sua atualização até a data da celebração do termo de colaboração:

Alvará de Licença do Município e Certidão Negativa de Débito Municipal - CND's
Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais -CND e Certidão Negativa de Dívida Ativa Estadual (CNDA)
Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais
Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos com a União

Certidão negativa ou Positiva com efeitos de Negativa da justiça do trabalho
Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS
Conta bancária para o acordo de cooperação com saldo zerado
Cópia da ata da assembleia que elegeu o corpo dirigente da entidade
Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil;
Cópia de documentos pessoais dos representantes legais (presidente e tesoureiro)
Cópia de Título de utilidade pública concedido pela União, Estados, Municípios ou CMAS ou CNAS
Cópia do Estatuto ou Contrato Social registrado no cartório competente e suas alterações
Comprovante de experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante, durante, pelo menos, um ano, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros: a) instrumentos de parceria ou similares firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil; relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas; c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela organização da sociedade civil ou a respeito dela; d) currículos profissionais de integrantes da organização da sociedade civil, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros; e) declaração de experiência prévia e de capacidade técnica, evidenciando a regularidade no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitida por órgãos públicos, instituições de ensino, organizações da sociedade civil responsável por rede que tenha executado parceria, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas;
Declaração do representante legal da organização da sociedade civil, sob as penas do art. 299 do Código Penal, informando a existência de pessoal, instalações e outras condições materiais da organização ou que há previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, evidenciando a capacidade técnica e operacional;
Declaração do representante legal da organização da sociedade civil, sob as penas do art. 299 do Código Penal, com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento;
Ofício de solicitação a parceria
Projeto e plano de trabalho com orçamento
Além dos documentos relacionados anteriormente, a organização da sociedade civil, por meio de seu representante legal, deverá apresentar, no prazo de que trata o <i>caput</i> do art. 21, <i>declaração, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que:</i> I - não há, em seu quadro de dirigentes: a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; e b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea "a" deste inciso; II - não contratará, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e

III - não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:

- a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal;
- b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e
- c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

13 – DO REPASSE E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

13.1 O desembolso será realizado após a assinatura do Termo de Colaboração e antes do término do objeto deste edital.

13.1.1. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente própria no CNPJ do vencedor.

13.1.2. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

13.1.3. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

13.1.4 Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

13.1.4. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

13.1.5. A prorrogação de ofício da vigência do acordo de colaboração ou Termo de Colaboração deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

13.1.6. Ficará obrigada a apresentar a Prestação de Contas Parcial dos recursos recebidos, que será constituída do relatório de cumprimento do objeto, acompanhada dos documentos descritos na IN/TCE.

13.1.7. A Prestação de Contas Final será apresentada em até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do presente acordo de colaboração.

13.1.8. Apresentará fotos e vídeos datados em cada dia que houver evento em sua programação;

13.1.9. O proponente apresentará a prestação de contas numerada.

14 – DA EXECUÇÃO DO PROJETO: DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA E CONTRATAÇÕES

14.1. As faturas, notas fiscais, recibos e outros documentos de despesas deverão ser emitidos em nome do COLABORADOR, devidamente identificados com o número deste Termo.

14.1.1 – Os documentos referidos nesta cláusula serão mantidos em arquivo organizado, na sede do COLABORADOR, à disposição da CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação ou tomada de contas.

14.1.1.1 – Ultrapassado o prazo previsto acima, o COLABORADOR deverá, obrigatoriamente, encaminhar os documentos originais à CONCEDENTE, que providenciará a sua adequada destinação, após ouvido o Tribunal de Contas do Estado do Piauí e órgão de controle interno.

14.1.1.2 – A CONCEDENTE poderá solicitar o encaminhamento de cópias dos comprovantes de despesas, ou de outros documentos, a qualquer tempo, sempre que julgar conveniente.

14.2. – As contratações referentes a esta parceria são regidas pelas disposições previstas no Decreto Municipal nº 056 de 19 de maio de 2025.

15 – DA FISCALIZAÇÃO

15.1 A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante acordo de colaboração ou Termo de colaboração e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

15.2 O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

15.2.1. Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

15.2.2 Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

15.2.3 análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo acordo de colaboração ou Termo de fomento;

15.2.4 Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

16 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 A despesa decorrente do objeto deste Edital correrá à conta da seguinte dotação orçamentária: Projeto Atividade: Ação 2077, Elemento de despesa: 3.3.50.41 – Contribuições; Fonte: 500 e demais dotações a serem utilizadas ao longo do exercício financeiro de execução do objeto.

17 – DO VALOR DO TERMO DE COLABORAÇÃO

17.1 O termo de colaboração celebrado por meio deste edital terá como limite o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), sendo atribuído a um único projeto.

17.2. O cronograma de desenvolvimento será efetuado na porcentagem de 50% (cinquenta por cento) após a assinatura do Termo de Colaboração e 20% (vinte por cento) após a entrega e 30% (trinta por cento) após o término do evento e desmontagem.

18 – DO TERMO DE COLABORAÇÃO

18.1 O TERMO DE COLABORAÇÃO será assinado em três vias, pela entidade e pela Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico, e terá seu extrato publicado no Diário Oficial do Município.

19 – DO CRONOGRAMA DO CHAMAMENTO PÚBLICO

19.1 O chamamento público/processo seletivo seguirá o seguinte cronograma:

DIA/MÊS	ATIVIDADE
22 de dezembro de 2025.	PUBLICAÇÃO DO EDITAL.
05 de janeiro de 2026 a 09 de janeiro de 2026.	RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS.
13 de janeiro de 2026.	DIVULGAÇÃO DO RESULTADO.
14 a 16 de janeiro de 2026.	PRAZO PARA RECURSO.
20 de janeiro de 2026.	RESULTADO FINAL APÓS OS RECURSOS.
21 de janeiro de 2026	CREDENCIAMENTO
23 de janeiro de 2026.	FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 Os prazos aqui estabelecidos são improrrogáveis e o descumprimento das regras definidas neste Edital gerará a exclusão da Organização da Sociedade Civil do processo de seleção.

20.2 O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO/SELEÇÃO Nº 01/SEMTUDEC/2025 terá validade de 19 de dezembro de 2025 a 20 de fevereiro de 2026.

20.3 O presente Edital poderá ser revogado, no todo ou em parte, por decisão unilateral da SEMTUDEC ou por interesse público, sem que isso implique direito a indenização ou reclamações de qualquer natureza.

20.4 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Análise e Avaliação mencionada no item 6.

21. SÃO PARTES INTEGRANTES DESTA EDITAL

21.1. Anexo I – Modelo de Declaração de Ciência e Concordância.

SEMTUDEC

Email: economico@floriano.pi.gov.br

Praça Tiradentes, SN, Centro, Floriano -PI

- 21.2. Anexo II – Modelo de Declaração sobre Instalações e Condições Materiais.
- 21.3. Anexo III – Modelo de Proposta.
- 21.4. Anexo IV- Modelo de Plano de Trabalho.
- 21.5. Anexo V - Minuta do termo de colaboração e extrato para publicação.
- 21.6. Anexo VI- Itens Mínimos que deverão constar na proposta orçamentária.
- 21.7. Anexo VII- Do Projeto Arquitetônico e Cenográfico.

Floriano – PI, 15 de dezembro de 2025.

EUCLIVANYA DE SOUSA SÁ BEZERRA
Secretária Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

(MODELO)

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]* está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº/20..... e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Local-UF, de _____ de 20 ____.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

(MODELO)
ANEXO II

DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, **caput**, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC]:

➤ dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

➤ pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

➤ dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

OBS: A organização da sociedade civil adotará uma das três redações acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.

Local-UF, _de_____de 20____.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

(MODELO)
ANEXO III

PROPOSTA

[Local, Data]

[Razão Social]

[Endereço]

[Responsável pela OSC ou
pelo Projeto]

REF.: NOME DO PROJETO

Prezados Senhores [responsável pelo recebimento da proposta]:

A Organização da Sociedade Civil [nome] apresenta sua proposta de projeto, nos termos dos parâmetros descritos no Edital nº _____ [via contato telefônico, reunião, mensagem eletrônica ou **contato pelo site**, datada de _____].

Cientes de que V.Sas. não se obrigam a aceitar qualquer proposta recebida, aguardamos retorno e nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

[Assinatura
Autorizada]
[Nome e Cargo
do Signatário]
[Nome da OSC]
[Endereço]

I - DADOS DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Breve descrição da organização da OSC de _____ e os serviços que presta. (Ex.: Organização da Sociedade Civil de atua há 12 anos na cultura especializados em...).

II – OBJETO

Descrever brevemente o projeto.

III – REGIME DE EXECUÇÃO

Detalhar como a OSC pretende executar o projeto. Explicitar:

- a. As intervenções previstas (aplicação de questionários e entrevista paradiagnóstico – como e para quem, observação e espaço necessário)
- b. Público envolvido e beneficiado
- c. Os objetivos e resultados esperados (benefícios do projeto)
- d. Detalhamento das ações ou etapas do projeto e profissionais envolvidos na sua realização
- e. Descrever recursos necessários da OSC para poder executar o projeto (disponibilização de informações, profissionais ou serviços externos, etc)
- f. Produtos finais a serem entregues pela empresa (formato, condições de entrega e prazos)

IV – METODOLOGIA

Incluir a metodologia a ser empregada (descrever brevemente a técnica a ser aplicada).

V – PLANO DE AÇÃO

Inserir o detalhamento das atividades previstas (por exemplo, entrevistas com profissionais, etc).

SEMTUDEC

Email: economico@floriano.pi.gov.br

Praça Tiradentes, SN, Centro, Floriano -PI

Descrever cada uma das fases e previsão do tempo necessário para cada uma delas.

Incluir cronograma de atividades e atribuições, produtos finais de cada fase e prazos. Deve fornecer um retrato completo da execução do projeto (Quem, Quando, Como, Recursos, Verba).

VI – EQUIPE DE TRABALHO

Listar todos os participantes do projeto: Nome completo, Telefone e E-mail, Formação e Experiência (mini-cv de aproximadamente 04 linhas) e detalhar as atribuições/responsabilidade de todos os envolvidos no projeto.

VII – INVESTIMENTO

Valor orçado do projeto.

VIII – CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA

Os trabalhos propostos serão coordenados pela equipe de profissionais da [OSC], a qual atuará diretamente ou em contratação com outros profissionais especializados, conforme as necessidades e as particularidades da execução dos serviços propostos.

IX – SERVIÇOS ADICIONAIS

Se houver, listar todos os serviços de terceiros, incluir sugestões de fornecedores, e estabelecer condições para a gestão de serviços terceirizados.

Sem mais para o momento, aguardamos o oportuno retorno de V.Sa., com a assinatura pertinente “*Termo de Colaboração*” para efetivarmos o projeto ora propostos.

Atenciosamente,

[Assinatura
Autorizada]
[Nome e Cargo
do Signatário]
[Nome da
Empresa]
[Endereço]

Uso do protocolo da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico - SEMTUDEC;

Recebido,

[UF], ____ de ____ de

(MODELO)

ANEXO - IV

MINUTA

Plano de Trabalho – Acordo de Cooperação Técnica

1 – DADOS CADASTRAIS

PARTICIPE 1:

CNPJ:

Endereço: Cidade: Estado:

CEP:

DDD/Fone:

Esfera Administrativa **Municipal** Nome do responsável: CPF:

RG:

Órgão expedidor:

Cargo/função:

Endereço: Cidade: Estado:

CEP:

PARTICIPE 2:

CNPJ:

Endereço: Cidade: Estado:

CEP:

DDD/Fone:

Esfera Administrativa **Municipal** Nome do responsável: CPF:

RG:

Órgão expedidor:

Cargo/função:

Endereço: Cidade: Estado:

CEP

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Título:	
PROCESSO nº:	
Data da assinatura:	
Início (mês/ano):	Término (mês/ano):

O produto final do ACT se dá com a ornamentação completa dos pontos:

- 12 POSTES ESTRUTURA DE FERRO FURNIDO (ESTRUTURA DA PREFEITURA) COM 7M DE ALTURA – AVENIDA GETÚLIO VARGAS;
- ROTATÓRIA 01 - CRUZAMENTO BR 316 COM A PI 140 (BALÃO TV ALVORADA);
- ESTRUTURA DE “BEM VINDO AO CARNAVAL DA PRINCESA DO SUL”
ROTATÓRIA 02 - CRUZAMENTO AV^a DIRCEU ARCOVERDE COM AV^a SANTOS DUMOND (BALÃO POSTO TREVO);
- ESTRUTURA DE “BEM VINDO AO CARNAVAL DA PRINCESA DO SUL”
ROTATÓRIA 02 - CRUZAMENTO DA AVENIDA DR. JOSÉ RIBAMAR PACHECO COM A BR 343, (PRÓX. IGREJA SÃO RAFAEL).
- ESTRUTURA DE “BEM VINDO AO CARNAVAL DA PRINCESA DO SUL”
- ESTRUTURA CAIS DO PORTO - MÍNIMO DE 02 ESTRUTURAS PARA POSTES DE ORNAMENTAÇÃO

3. DIAGNÓSTICO

Historicamente, o Carnaval de Floriano apresenta grande participação popular e forte potencial cultural, porém a ornamentação urbana carnavalesca tem ocorrido de forma pontual, fragmentada e, em alguns casos, limitada a poucos espaços públicos, sem um planejamento integrado e padronizado.

A ausência de uma ornamentação temática estruturada compromete a ambientação dos circuitos carnavalescos, reduz o impacto visual do evento e limita a consolidação da identidade estética do Carnaval enquanto produto turístico e cultural do município. Essa situação impacta diretamente a experiência do público, a atratividade para visitantes e o potencial de geração de renda para o comércio local.

Além disso, a falta de critérios técnicos padronizados para iluminação, cenografia, segurança elétrica e acessibilidade dificulta a ampliação da ornamentação para novos espaços urbanos e compromete a uniformidade visual do evento.

Diante desse cenário, torna-se necessária a implementação de um projeto estruturado de ornamentação carnavalesca, planejado de forma integrada, com definição de pontos estratégicos, linguagem visual coerente, uso de materiais adequados, soluções criativas e observância das normas técnicas e de segurança.

O Projeto “Carnaval de Floriano 2026” surge como resposta a essa demanda, propondo uma intervenção qualificada nos espaços públicos, capaz de fortalecer a identidade cultural do Carnaval local, ampliar o fluxo turístico, valorizar o comércio, promover inclusão social e consolidar o município como referência regional na realização de eventos carnavalescos.

4. ABRANGÊNCIA

O projeto “**Ornamentação Carnavalesca de Floriano - 2026**” contemplará uma ampla área da cidade, abrangendo locais de grande relevância social, cultural e de circulação urbana. A ornamentação será instalada nos seguintes pontos estratégicos:

- 12 POSTES ESTRUTURA DE FERRO FURNIDO (ESTRUTURA DA PREFEITURA) COM 7M DE ALTURA – AVENIDA GETÚLIO VARGAS;

- ROTATÓRIA 01 - CRUZAMENTO BR 316 COM A PI 140 (BALÃO TV ALVORADA);

- ESTRUTURA DE “BEM VINDO AO CARNAVAL DA PRINCESA DO SUL”

ROTATÓRIA 02 - CRUZAMENTO AV^a DIRCEU ARCOVERDE COM AV^a SANTOS DUMOND (BALÃO POSTO TREVO);

- ESTRUTURA DE “BEM VINDO AO CARNAVAL DA PRINCESA DO SUL”

ROTATÓRIA 02 - CRUZAMENTO DA AVENIDA DR. JOSÉ RIBAMAR PACHECO COM A BR 343, (PRÓX. IGREJA SÃO RAFAEL).

- ESTRUTURA DE “BEM VINDO AO CARNAVAL DA PRINCESA DO SUL”

- ESTRUTURA CAIS DO PORTO - MÍNIMO DE 02 ESTRUTURAS PARA POSTES DE ORNAMENTAÇÃO

A **população florianense** é o público central do projeto, sendo estimulada a participar das atividades de decoração, eventos e celebrações, fortalecendo o sentimento de pertencimento e comunidade. Paralelamente, o projeto tem como meta atrair **turistas de cidades vizinhas e regiões circunvizinhas**, consolidando Floriano como um destino turístico-cultural relevante nesse período do ano.

Assim, a abrangência do projeto é **estratégica e diversificada**, contemplando o engajamento comunitário, a valorização do espaço urbano, o fortalecimento do comércio e a atração turística. Por meio de uma abordagem **colaborativa, inovadora e inclusiva**, a parceria entre a Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico – SEMTUDEC, a sociedade civil e os empreendedores locais pretende criar um ambiente festivo para o carnaval, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento cultural e econômico da cidade.

5. JUSTIFICATIVA

A proposta de decoração e ornamentação carnavalesca para o Carnaval de Floriano 2026, promovida pela Prefeitura Municipal de Floriano por meio da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico – SEMTUDEC, é fundamental por diversos motivos. A iniciativa busca aliar inovação e tradição, incorporando elementos que dialogam com a identidade cultural local, com a diversidade e com a força das manifestações populares, reforçando o sentimento de pertencimento, alegria e orgulho da comunidade, garantindo uma experiência autêntica, inclusiva e significativa durante o período carnavalesco.

Ao criar um ambiente carnavalesco atrativo, vibrante e diferenciado, o projeto se propõe a posicionar Floriano como um destino turístico de referência no Carnaval, ampliando o fluxo de visitantes e fortalecendo o setor do turismo de eventos. Esse aumento da circulação de pessoas gera impactos positivos diretos na economia local, com destaque para o comércio varejista, o setor de alimentação, a rede de serviços e os trabalhadores informais, beneficiando pequenos e médios empreendedores e contribuindo para a geração de emprego e renda.

A proposta também se destaca pelo seu caráter inédito e inovador, ao introduzir novos conceitos de ornamentação carnavalesca, cenografia urbana e ambientação temática, sem perder a essência cultural do Carnaval. Essa abordagem criativa revitaliza os espaços públicos, amplia a experiência estética do público e fortalece a identidade visual do evento, consolidando Floriano como polo regional de cultura, lazer e festividades populares.

Com uma ornamentação planejada, segura e integrada aos circuitos carnavalescos, o projeto valoriza a cultura local, promove o engajamento da população, fortalece o sentimento de orgulho entre os moradores e amplia a visibilidade do município em âmbito regional, contribuindo para a construção de um legado cultural, turístico e econômico sustentável.

6. OBJETIVOS GERAL e ESPECÍFICO

OBJETIVO GERAL

Promover a decoração e ornamentação carnavalesca de Floriano no âmbito do projeto "Carnaval de Floriano 2026", por meio de Termo de Colaboração entre a Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico – SEMTUDEC e Organização da Sociedade Civil, em parceria com a comunidade, artistas, blocos carnavalescos e o setor comercial, com o propósito de transformar a cidade em um destino turístico-cultural atrativo durante o período carnavalesco, fortalecer a identidade cultural local e impulsionar a economia, de forma inédita, criativa, inclusiva e segura, respeitando a essência do Carnaval.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Desenvolver um Planejamento Colaborativo – Engajar a comunidade local, blocos carnavalescos, artistas, comerciantes e demais atores sociais na elaboração e execução do projeto, promovendo ações participativas que reforcem a identidade carnavalesca de Floriano.
2. Implementar Decorações Temáticas e Inovadoras – Criar uma ornamentação carnavalesca atrativa e diferenciada, que una tradição e inovação, utilizando elementos da cultura popular, cores vibrantes, materiais adequados e tecnologias criativas em pontos estratégicos e circuitos do Carnaval.
3. Fomentar o Comércio e o Turismo Local – Estimular a participação dos comerciantes, empreendedores formais e informais na ambientação dos espaços urbanos e na promoção de ações integradas, visando o fortalecimento do comércio, o aumento do fluxo de visitantes e a dinamização da economia durante o período carnavalesco.
4. Consolidar Floriano como Referência Regional no Carnaval – Posicionar o município como polo turístico-cultural de destaque no Carnaval, atraindo visitantes de cidades vizinhas e regiões circunvizinhas, ampliando a visibilidade de Floriano e promovendo impactos positivos nos setores de serviços, alimentação, lazer e turismo.

7. METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

A **Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico – SEMTUDEC** será responsável pela **gestão estratégica e coordenação geral** do projeto, abrangendo as etapas de planejamento, acompanhamento e monitoramento das ações. Caberá à Secretaria articular e firmar parcerias com instituições locais, empresas privadas, organizações da sociedade civil e a comunidade em geral, assegurando recursos financeiros, materiais e apoio logístico indispensáveis à execução do projeto. Também será incumbida da elaboração de um **plano de trabalho detalhado**, com cronograma, orçamento e alocação de recursos, de modo a garantir que as atividades sejam realizadas de forma eficiente, transparente e alinhada aos objetivos institucionais.

A **organização vencedora da seleção pública** será responsável pela **execução operacional** do projeto de ornamentação carnavalesca, assumindo o compromisso de transformar os espaços designados em ambientes festivos, acolhedores e visualmente impactantes. Entre as atribuições, incluem-se a instalação de sistemas de iluminação, montagem de ornamentos, criação de cenários temáticos e aplicação de elementos decorativos conforme o planejamento definido.

A execução deverá atender rigorosamente aos **padrões de qualidade, estética e segurança**, de forma a proporcionar experiências memoráveis a moradores e visitantes, consolidando a imagem de Floriano como referência regional nas celebrações carnavalescas.

8. UNIDADE RESPONSÁVEL E GESTOR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

A unidade responsável pelo acompanhamento e execução do Acordo de Cooperação Técnica será a **Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Floriano – SEMTUDEC**. Compete a esta unidade a supervisão de todas as etapas do projeto de decoração e ornamentação carnavalesca, abrangendo o planejamento, a execução e a avaliação das ações, de forma a garantir que cada fase esteja plenamente alinhada aos objetivos definidos para a **Ornamentação Carnavalescas de Floriano 2026**.

O(a) **Gestor(a)** designado(a) para o acompanhamento do acordo será a **Secretária Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico, Sra. Euclivanya de Sousa Sá Bezerra**, responsável pela coordenação entre as partes envolvidas. Atuará como principal interlocutora entre a Secretaria, a comunidade, os comerciantes e as entidades parceiras, assegurando a integração e a eficiência na condução das atividades.

Caberá à Gestora:

- Supervisionar o andamento do projeto, garantindo o cumprimento do cronograma estabelecido;
- Monitorar a execução das ações conforme os padrões de qualidade, segurança e estética definidos;
- Garantir a transparência, a eficiência administrativa e a correta aplicação dos recursos;
- Atuar como referência institucional na articulação entre poder público, sociedade civil e setor privado.

9. PLANO DE AÇÃO

Eixos	Ação	Responsável	Prazo	Situação
1				
2				

SEMTUDEC

Email: economico@floriano.pi.gov.br

Praça Tiradentes, SN, Centro, Floriano -PI

(MINUTA)

ANEXO - V

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº XX/20XX

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE FLORIANO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE FLORIANO – SETUDEC E A XXXX.

A Prefeitura Municipal de Floriano - PI, por intermédio da **Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico – SEMTUDEC**, órgão integrante da Administração Pública Direta, inscrita no CNPJ sob o nº **10.639.892/0001-29**, situada à Rua Elias Oka, nº 497, Centro, Floriano/PI, neste ato representada por sua Secretária, a Sra. **EUCLIVANYA DE SOUSA SÁ BEZERRA**, autoridade delegada nos termos da Portaria nº XXX/2025, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, e, de outro lado, a **XXX**, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº XXXX, com sede na XXXX, representada neste ato por seu(a) Presidente, Sr(a). XXXX, CPF: XXXX, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, celebram entre si, nos autos do Processo Administrativo nº 031- XXXX/2025, o presente instrumento de **TERMO DE COLABORAÇÃO**, sendo parte integrante deste o respectivo projeto, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, Decreto Municipal nº 010 de 23 de janeiro de 2020 e alterações posteriores, regido pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto termo de Colaboração entre os partícipes para execução do projeto **“Ornamentação Carnavalesca de Floriano - 2026”**, voltado à decoração e ornamentação de carnaval em pontos estratégicos da cidade de Floriano, com instalação de iluminação temática, cenários, enfeites e ações que fortaleçam a identidade cultural, turística e econômica do município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

- A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL se compromete a:

- a) Acompanhar, supervisionar, coordenar e fiscalizar as ações previstas no Plano de Trabalho e a execução do Termo de Colaboração;
- b) Efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Colaboração, na forma indicada no Cronograma de Execução, estabelecido no Plano de Trabalho, observada a sua disponibilidade;
- c) Analisar e aprovar a prestação de contas do presente Termo de Colaboração;
- d) Analisar as eventuais solicitações de reformulação do Plano de Trabalho feitas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;
- e) Prorrogar, de ofício, o prazo de vigência do Termo de Colaboração quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;

SEMTUDEC

Email: economico@floriano.pi.gov.br

Praça Tiradentes, SN, Centro, Floriano -PI

- f) Comunicar a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e ao Chefe do Poder Executivo Municipal qualquer situação de irregularidade relativa à prestação de contas do uso dos recursos envolvidos que motive a suspensão ou impedimento de liberação de novas parcelas, caso não hajaregularização no período de até 30 (trinta) dias, contados a partir do evento;
- g) Publicar no Diário Oficial do Município o extrato deste Termo de Colaboração e de suas alterações, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor
- h) Registrar o presente instrumento no Tribunal de Contas do Estado, de acordo com as condições e o prazo fixado na Instrução Normativa do TCE/PI.
- i) Enviar cópia do presente Termo de Colaboração à Secretaria Municipal de Governo – SEMGOV para conhecimento.
- j) A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado, assim que esse sistema estiver disponível.

- A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se compromete a:

- a) cumprir o Plano de Trabalho observando sempre critérios de qualidade técnica, os custos e prazos previstos;
- b) não utilizar os recursos recebidos da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL em finalidade diversa da estabelecida neste Termo de Colaboração;
- c) restituir o eventual saldo de recursos à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, no prazo de 30 (trinta) dias da conclusão, extinção, denúncia ou rescisão do presente termo de Colaboração;
- d) restituir à conta da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL o valor correspondente aos rendimentos da aplicação no mercado financeiro, quando não comprovar seu emprego na consecução do objeto deste Termo de Colaboração;
- e) arcar com qualquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, decorrente da execução deste termo de colaboração;
- f) restituir o valor transferido, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, segundo índice oficial, a partir da data do seu recebimento, quando não for executado o objeto do termo de colaboração, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado, ou quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas, ou ainda, quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida;
- g) manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificadas com o número do Termo de Colaboração, ficando à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de aprovação da prestação de contas ou tomada de contas especial;
- h) prestar contas dos recursos transferidos pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, inclusive dos rendimentos financeiros, de acordo com as normas estabelecidas na Instrução Normativa do TCE/PI;
- i) adotar procedimentos estabelecidos pela Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 010/2020 para as contratações e prestações de conta;

- j) para os fins do disposto na alínea anterior, a ORGANIZAÇÃO DASOCIEDADE CIVIL deverá comprovar a pesquisa de preços no mercadoou em outra fonte idônea, através da apresentação de 03 (três) propostas;
- k) deverá fornecer os dados da conta bancária específica da OSC, na qual serão exclusivamente movimentados os recursos financeiros correspondentes ao instrumento;
- l) notificar a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL imediatamente apósa ocorrência ou surgimento de qualquer fato superveniente, modificativoou extintivo do presente Termo de Colaboração ao qual tenha ou não dado causa; e
- m) garantir o livre acesso de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual está subordinado a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados, direta ou indiretamente, com o objeto pactuado, quando em missão de fiscalizaçãou auditoria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Para execução do objeto deste termo de colaboração, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o valor total de XXXX, nos termos da Nota de Empenho – NE nº XXXX, e conforme orçamento detalhado e cronograma de execução constantes do Plano de Trabalho, devidamente aprovado.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros transferidos pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, de que trata a cláusula anterior, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: XXXX.

CLÁUSULA QUINTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros de responsabilidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL serão liberados de acordo com o Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho, assim que assinado o presente instrumento e emitida a respectiva Nota de Empenho.

CLÁUSULA SEXTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros fixados na Cláusula Terceira, a serem transferidos pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, serão obrigatória e exclusivamentemovimentados pela CONVENIENTE, por meio da conta corrente XXXX, agência XXXX, Banco XXXX, devidamente comprovada nos autos do Processo Administrativo nº 001-XXXX/20XX..

Parágrafo Primeiro – Os saques dos recursos serão efetuados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, sendo que os saldos não utilizados serão obrigatoriamente aplicados:

- I – em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seuuso for igual ou superior a 30 (trinta) dias.
- II – em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos inferiores a 30 (trinta) dias, cuja liquidez não prejudique a consecução do objeto deste Termo de Colaboração, nos prazos pactuados.

Parágrafo Segundo – Os rendimentos auferidos na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computados a crédito do termo de colaboração e utilizados, exclusivamente, na execução do respectivo objeto, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL fará o acompanhamento da execução deste termo de colaboração, além do exame das despesas, com avaliação técnica relativa à aplicação dos recursos de que trata a prestação de contas referida na Cláusula Décima Segunda, a fim de verificar a correta aplicação dos recursos e o atingimento dos objetivos estabelecidos.

Parágrafo Único – Para os fins do disposto no caput da presente Cláusula, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, por seu representante legal, designará, por meio de competente ato administrativo, servidor para acompanhar a execução do Termo de colaboração, in loco, o qual ficará responsável, dentre outras atribuições, pela imediata comunicação de eventuais irregularidades ocorridas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PROIBIÇÕES

Não poderão ser pagas com os recursos transferidos pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL as seguintes despesas:

- a) as contraídas antes da transferência dos recursos e após o término de sua vigência;
- b) as decorrentes de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive as relativas a pagamentos ou recolhimentos realizados fora dos respectivos prazos;
- c) o pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidores que pertençam aos quadros de órgãos ou de entidades de administração pública direta ou indireta de âmbito Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou que esteja lotado ou em exercício em qualquer dos entes partícipes;
- d) a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste Termo de Colaboração, ainda que em caráter de emergência;
- e) a utilização dos recursos com publicidade salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e
- f) a transferência de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, excetuadas as creches e escolas para o atendimento pré-escolar.

Parágrafo Único – De igual modo, fica vedado o aditamento com alteração do objeto do termo de colaboração e a atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA NONA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As faturas, notas fiscais, recibos e outros documentos de despesas deverão ser emitidos em nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devidamente identificados com o número deste Termo de

Colaboração.

Parágrafo Primeiro – Os documentos referidos nesta cláusula serão mantidos em arquivo organizado, na sede da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, à disposição da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação ou tomada de contas.

Parágrafo Segundo – Ultrapassado o prazo previsto no parágrafo anterior, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá, obrigatoriamente, encaminhar os documentos originais à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, que providenciará a sua adequada destinação, após ouvido o Tribunal de Contas do Estado do Piauí e órgão de controle interno.

Parágrafo Terceiro – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL poderá solicitar o encaminhamento de cópias dos comprovantes de despesas, ou de outros documentos, a qualquer tempo, sempre que julgar conveniente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Parágrafo primeiro – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ficará obrigada a apresentar a Prestação de Contas Parcial dos recursos recebidos, que será constituída do relatório de cumprimento do objeto, acompanhada dos documentos descritos no IN/TCE.

Parágrafo Único – A Prestação de Contas Final será apresentada em até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do presente Termo de Colaboração

Parágrafo segundo - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração ou de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além dos seguintes relatórios:

1 - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

2 - relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

Parágrafo terceiro - A administração pública deverá considerar ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

1 - relatório de visita técnica **in loco** eventualmente realizada durante a execução da parceria;

2 - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de colaboração.

Parágrafo quarto - A entidade é responsável por apresentar sua prestação de contas numerada e rubricada por seu representante;

A prestação de contas deverá vir acompanhada de fotografias e filmagens datada (s) do (s) dia (s) em que ocorrer (em) o (s) evento (s).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se obriga a restituir o valor transferido pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, a partir da data de seu recebimento, na forma da legislação, nos seguintes casos:

- a) quando não for executado o objeto da avença;
- b) quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas final; e
- c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no presente Termo de Colaboração

Parágrafo Primeiro – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, na hipótese das alíneas anteriores, será notificada para que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação, restitua os valores do repasse acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente.

Parágrafo Segundo – Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Termo de Colaboração, A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL restituirá a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas em aplicações financeiras, após conciliação bancária da conta vinculada a este instrumento, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Colaboração encerra em XXXX, contado a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, devendo-se observar que, após o término da vigência deste, A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação da prestação de contas.

Parágrafo Único – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação da vigência do presente termo de colaboração, de ofício, caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, limitando essa prorrogação ao período exato do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS AÇÕES PROMOCIONAIS E DA CONTRAPARTIDA

Parágrafo primeiro - Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente termo de colaboração será obrigatoriamente destacada a participação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, observado o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

Parágrafo segundo - A contrapartida se dará através de inclusão da logomarca do parceiro em todas as peças de divulgação constituintes da campanha promocional do projeto como cartazes e folders, com prévia anuência do parceiro, citação verbal da parceria em todas as entrevistas concedidas à imprensa sobre o projeto, ampla divulgação do patrocínio dos parceiros nos eventos realizados pelo projeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA AUDITORIA, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo do Município de Floriano - PI, sem elidir a competência do controle por parte da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL nomeará comissão com pelo menos 3 (três)

membros que será responsável pela confecção de relatório de monitoramento e avaliação.

Parágrafo primeiro – É livre o acesso de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual está subordinado A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados, direta ou indiretamente, com o objeto pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

Parágrafo segundo - A comissão criada para fiscalização irá emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação, que deverá ter os seguintes requisitos:

- I - os resultados já alcançados e seus benefícios;
- II - os impactos econômicos ou sociais;
- III - o grau de satisfação do público-alvo;
- IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

Parágrafo terceiro - A administração pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria.

- 1 - Para a implementação do disposto no **caput**, a administração pública poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.
- 2 - Nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, a administração pública realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.
- 3 - Para a implementação do disposto no § 2º, a administração pública poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

Parágrafo quarto - A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante termo de colaboração ou termo de colaboração e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- 1 - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- 2 - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- 3 - valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- 4 - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento.

Parágrafo sexto – O membro designado como gestor da parceria emitirá parecer técnico conclusivo

SEMTUDEC

Email: economico@floriano.pi.gov.br

Praça Tiradentes, SN, Centro, Floriano -PI

de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS BENS REMANESCENTES

Os bens remanescentes que tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos, passarão, após a conclusão da parceria, à propriedade DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, desde que não se tratem de bens públicos ou da propriedade de terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PRERROGATIVAS DA CONCEDENTE

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL compete exercer a autoridade normativa sobre as atividades decorrentes do presente termo de colaboração, assegurando-lhe a prerrogativa de controlar e fiscalizar a sua execução, bem comode assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar prejuízo ao evento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DENÚNCIA

Qualquer dos partícipes poderá denunciar o presente termo de colaboração, a qualquer tempo, independente de justo motivo, fazendo jus aos benefícios já auferidos e arcando com as responsabilidades das obrigações assumidas durante a vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO

Por descumprimento de qualquer de suas cláusulas ou condições, poderá aparte prejudicada, rescindir o presente termo de colaboração, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo a parte inadimplente, pelas perdas e danos decorrentes ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou de força maior, devidamente caracterizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA COMUNICAÇÃO

Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente termo de colaboração, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas eficazes as comunicações verbais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Termo de Colaboração será publicado pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Estadual da Comarca desta Cidade Floriano - PI, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem de pleno e comum acordo, os partícipes assinam o presente Termo de colaboração, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Floriano/PI, XX de XXX de 20XX.



Secretaria Municipal de Turismo
e Desenvolvimento Econômico

TURISMO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
XXXX

TESTEMUNHAS:

1º _____
CPF:

2º _____
CPF:

SEMTUDEC

Email: economico@floriano.pi.gov.br
Praça Tiradentes, SN, Centro, Floriano -PI



FLORIANO
GOVERNO MUNICIPAL

SEMTUDEC

Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

<i>PROCESSO ADMINISTRATIVO nº: 001-XXXXXX/20XX</i> <i>Referente ao Edital nº: XX/20XX</i>		
OBJETO	CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO O presente instrumento tem por objeto termo de Colaboração entre os partícipes, a fim de alcançar os objetivos mútuos constantes do Projeto "XXXXXXXX", nos termos do Plano de Trabalho apresentado, parte integrante deste instrumento, independentemente de sua transcrição, cujo objetivo geral é XX.	
CONCEDENTE	SECRETARIA MUNICIPAL DETURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	CNPJ: 10.639.892/0001-29
SIGNATÁRIO	SECRETARIO DEUSEDIT PEREIRA NETO	
CONVENENTE	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	CNPJ: XX.XXXXX-XXX
SIGNATÁRIA	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Art. 35, Lei 13.019/2014	
VALOR GLOBAL	R\$ XXXXXXX,XX (XXXXXXXXXX reais)	
DATA DE ASSINATURA	XX de XXXXXXX de 20XX	
PRAZO DE VIGÊNCIA	Da assinatura até o dia XX de xxxxxx de 20XX	
PRAZO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	Em até 60 (sessenta) dias após a execução do projeto.	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO DE DESPESA: XX.XX.XX RECURSOS: XXX PROJETO/ATIVIDADE: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
Floriano/PI, XX de xxxxx de 20XX.		

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº XX/20XX

SEMTUDEC

Email: semtudec@floriano.pi.gov.br

Praça Tiradentes, SN, Centro, Floriano -PI



FLORIANO
GOVERNO MUNICIPAL

SEMTUDEC

Secretaria Municipal de Turismo
e Desenvolvimento Econômico

ANEXO VI

ITENS MÍNIMOS QUE DEVEM CONSTAR NO PLANO DE TRABALHO

Nº	DESCRIÇÃO
01	12 POSTES ESTRUTURA DE FERRO FURNIDO (ESTRUTURA DA PREFEITURA) COM 7M DE ALTURA – AVENIDA GETÚLIO VARGAS
02	ROTATÓRIA 01 - CRUZAMENTO BR 316 COM A PI 140 (BALÃO TV ALVORADA); ESTRUTURA DE "BEM VINDO AO CARNAVAL DA PRINCESA DO SUL"
03	ROTATÓRIA 02 - CRUZAMENTO AVª DIRCEU ARCOVERDE COM AVª SANTOS DUMOND (BALÃO POSTO TREVO); ESTRUTURA DE "BEM VINDO AO CARNAVAL DA PRINCESA DO SUL"
04	ROTATÓRIA 02 - CRUZAMENTO DA AVENIDA DR. JOSÉ RIBAMAR PACHECO COM A BR 343, (PRÓX. IGREJA SÃO RAFAEL). ESTRUTURA DE "BEM VINDO AO CARNAVAL DA PRINCESA DO SUL"
05	ESTRUTURA CAIS DO PORTO MÍNIMO DE 02 ESTRUTURAS PARA POSTES DE ORNAMENTAÇÃO

SEMTUDEC

Email: semtudec@floriano.pi.gov.br

Praça Tiradentes, SN, Centro, Floriano -PI